



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00157/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00219 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Segurança Pública

**UNIDADE:** Polícia Civil do Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de informações acerca do quantitativo de inquéritos de homicídio e qual o efetivo cedido/alocado em outras instituições por cargo, no período de 2021 e 2022. Razões de recusa indicadas. Provimento negado.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00157/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão forneceu as informações disponíveis em seu banco de dados. Insatisfeito o cidadão apresentou o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente reiterou que não possui as informações da forma solicitada: *"o Banco de Dados do Sistema G.P.I. não possui compiladas informações relacionadas a afastamentos de servidores ativos" em datas pretéritas, possuindo apenas as informações relacionadas ao momento da produção*.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o órgão encaminhou para o solicitante as informações que dispunha e indicou as razões do não fornecimento das informações compiladas da maneira solicitada.
5. Oportuno lembrar que o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, afasta a necessidade de atendimento de pedidos de acesso à informação que demandem trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou quando requeiram a produção ou tratamento de dados e informações que não sejam de competência do órgão ou entidade.
6. Considerando que o órgão disponibilizou as informações que dispunha e justificou adequadamente a impossibilidade de atender o pedido no formato solicitado, nos termos da legislação vigente que trata do acesso a informação, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 10/05/2023 às 14:45:10.

CGEDES202304684A

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de maio de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público